

Anadep pede a Carmen Lúcia defensor público em lista tríplice para o TSE

Em ofício enviado à ministra Cármen Lúcia, presidente do [Tribunal Superior Eleitoral](#), a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep) pediu a inclusão de defensores nas próximas listas tríplices destinadas à classe dos juristas.

A corte atualmente tem uma cadeira vaga para ministro substituto, decorrente do fim do mandato de Edilene Lôbo. Os três nomes da lista serão escolhidos pela presidente do TSE e precisarão ser aprovados pelo Supremo Tribunal Federal. A escolha final é do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

No ofício, a Anadep aponta que, embora a Defensoria Pública seja uma das funções essenciais à Justiça previstas na Constituição, continua sendo a única carreira ainda excluída da composição dos tribunais superiores.

Segundo a entidade, a intenção é corrigir uma exclusão institucional que contraria sua missão: garantir acesso à Justiça a milhões de brasileiras e brasileiros em situação de vulnerabilidade.

“Assim como a lista feminina representou um marco, a inclusão da Defensoria Pública pode ser o próximo passo em direção a uma Justiça Eleitoral verdadeiramente plural, democrática e conectada com os desafios da população brasileira”, afirma Fernanda Fernandes, presidente da Anadep.

Defensor público e Justiça Eleitoral

O ofício destaca que defensoras e defensores públicos já colaboraram com Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) em diversos estados, como Acre, Minas Gerais, Ceará, Rio de Janeiro, Paraíba e Mato Grosso do Sul.

Nas eleições gerais de 2022 e nas municipais de 2024, a Anadep integrou as Missões de Observação Eleitoral (MOE/TSE). Em vários estados, defensoras e defensores acompanharam o pleito e ouviram eleitores, mesários e autoridades locais.

A iniciativa reforçou a relevância da Defensoria Pública para a transparência, a integridade e o aperfeiçoamento da Justiça Eleitoral no Brasil, segundo Fernanda Fernandes.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-set-13/anadep-pede-a-carmen-lucia-defensor-publico-em-lista-triplice-para-o-tse-2/>

Luiz Roberto/Secom/TSE



TSE nunca teve um defensor como candidato a uma das vagas da classe dos juristas